

Termos de Referência

Pesquisa operacional sobre Arquitectura e Ecossistema das Infraestruturas de Paz e Reconciliação Existentes

1. Introdução

Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, Moçambique tem sido palco de múltiplas iniciativas visando a consolidação da paz e da reconciliação nacional. Apesar dos avanços registados, o país ainda não conseguiu estabelecer uma paz plenamente efectiva e sustentável. Ao longo de mais de três décadas, o processo de construção da paz tem sido marcado por fragilidades estruturais, evidenciadas pela recorrência de tensões político-militares e pela limitada institucionalização de mecanismos duradouros de prevenção e gestão de conflitos.

Com efeito, este percurso tem sido caracterizado por um ciclo recorrente de conflitos pós-eleitorais, alguns dos quais com contornos violentos e armados, envolvendo principalmente as forças governamentais e a oposição. A partir de 2017, este cenário foi agravado pela emergência do extremismo violento na província de Cabo Delgado, introduzindo uma nova dimensão de insegurança e complexidade ao panorama nacional. Embora o país tenha celebrado três acordos de paz ao longo deste período, estes foram essencialmente eficazes na cessação das hostilidades militares entre o Governo e a RENAMO, sem, contudo, abranger outras formas de violência, nem impedir a eclosão de novas tensões, como as manifestações violentas pós-eleitorais de 2024.

Não obstante estes desafios, Moçambique tem demonstrado um compromisso contínuo com a busca de soluções pacíficas e inclusivas. Este esforço culminou no actual processo de Diálogo Político Inclusivo, que visa estabelecer uma nova arquitectura de paz e reconciliação assente em reformas estruturantes em sectores críticos da vida política, social e económica. No âmbito deste processo, foi criado um grupo temático específico sobre paz e reconciliação, com o mandato de redefinir um quadro estratégico e um

roteiro que reforcem a resiliência nacional e promovam uma paz sustentável.

Um dos principais desafios deste esforço reside na necessidade de compreender, de forma abrangente, a actual arquitectura de paz, resultante da acumulação de acordos, mecanismos e iniciativas ao longo do tempo, bem como o ecossistema diversificado de infraestruturas de paz existentes no país. Estas incluem instituições formais, mecanismos comunitários, actores da sociedade civil e iniciativas de parceiros internacionais que, de forma fragmentada ou coordenada, intervêm no domínio da prevenção, mediação e resolução de conflitos.

Neste contexto, a presente pesquisa tem como propósito proceder ao levantamento e análise da arquitectura de paz e reconciliação em vigor em Moçambique, bem como das infraestruturas de paz existentes, com vista à elaboração de um quadro analítico e de um roteiro estratégico. Este instrumento deverá apoiar o Grupo Temático de Paz e Reconciliação na formulação de soluções mais integradas e eficazes para a prevenção e gestão de conflitos sociais e políticos, contribuindo, assim, para a consolidação de uma paz duradoura no país.

2. Justificativa

A persistência de ciclos de instabilidade em Moçambique, mesmo após a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992, revela limitações estruturais profundas na forma como a paz tem sido concebida e institucionalizada no país. Apesar dos avanços registados, a recorrência de tensões político-militares, os episódios de violência pós-eleitoral e, mais recentemente, a emergência do extremismo violento em Cabo Delgado demonstram que os mecanismos existentes não têm sido suficientemente abrangentes nem resilientes para responder à complexidade dos desafios actuais. Os acordos de paz celebrados ao

longo das últimas décadas, embora relevantes para a cessação de hostilidades armadas entre actores específicos, mostraram-se insuficientes para prevenir novas formas de conflito, evidenciando lacunas na articulação entre segurança, governação, inclusão social e desenvolvimento.

Paralelamente, o país desenvolveu, de forma progressiva, um conjunto diversificado de iniciativas, mecanismos e actores que compõem o que se pode designar como uma arquitectura e infraestruturas de paz. No entanto, este ecossistema caracteriza-se por um elevado grau de fragmentação, com intervenções muitas vezes descoordenadas entre instituições do Estado, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e parceiros internacionais. A ausência de um quadro integrado que articule estas diferentes componentes limita a sua eficácia colectiva, reduz o impacto das intervenções e dificulta a construção de respostas sustentáveis e preventivas. Neste contexto, a falta de uma compreensão sistematizada da arquitectura existente constitui um obstáculo crítico à definição de estratégias coerentes de consolidação da paz.

É neste quadro que a presente pesquisa se revela não apenas pertinente, mas estratégica. Ao propor um levantamento e análise abrangente da arquitectura de paz e das infraestruturas existentes, o estudo visa preencher uma lacuna fundamental de conhecimento, fornecendo uma base empírica e analítica para a redefinição de políticas e mecanismos de intervenção. A sua relevância é ainda reforçada pelo actual contexto do Diálogo Político Inclusivo, que abre uma janela de oportunidade para reformas estruturantes orientadas para uma paz mais sustentável. Assim, a pesquisa pretende contribuir directamente para a construção de um quadro estratégico mais integrado, inclusivo e eficaz, capaz de fortalecer a resiliência nacional, prevenir conflitos e promover uma reconciliação duradoura em Moçambique.

3. Objectivo Geral

Realizar um levantamento e análise abrangente da arquitectura e das infraestruturas de paz e reconciliação em Moçambique, com vista à elaboração de um quadro estratégico que contribua para a prevenção de conflitos e a consolidação de uma paz sustentável.

4. Objectivos Específicos

- Analisar o quadro legal e Institucional formal (Instituições e Políticas Públi-

cas) que configuram a actual arquitectura de Paz e Reconciliação vigente em Moçambique;

- Identificar e analisar as infraestruturas civicas de paz existentes a nível nacional, provincial e local (OSC, mecanismos não formais e formais; actores e espaços civicos)
- Avaliar o grau de coordenação, eficácia e sustentabilidade destes mecanismos;
- Identificar lacunas, desafios e oportunidades no sistema actual;
- Recolher percepções dos diferentes actores sobre dinâmicas de conflito e mecanismos de resolução;
- Produzir recomendações para o fortalecimento da arquitectura de paz e reconciliação.

5. Âmbito Geográfico

A pesquisa terá cobertura nacional, abrangendo:

- As 10 províncias de Moçambique
- A Cidade de Maputo

6. Abordagem Metodológica

6.1. Abordagem metodológica e técnica

A pesquisa adoptará uma metodologia qualitativa, baseada em:

- Técnicas de Recolha de Dados Entrevistas semi-estruturadas com actores-chave;
- Grupos focais (focus group discussions);
- Revisão documental (acordos de paz, políticas públicas, relatórios); e,
- Observação directa (quando aplicável).

6.2. Actores-Alvo

- Instituições governamentais;
- Partidos políticos;
- Organizações da sociedade civil;
- Estruturas civicas locais (Lideranças comunitarias, Organizações comunitarias de base, etc);
- Organizações Religiosas ou baseadas na fé;
- Líderes comunitários e religiosos;

- Académicos e especialistas; e,
- Parceiros de cooperação internacional.

6.3. Amostragem

- A amostragem, será baseada num conjunto diversificado de categorias de respondentes priorizando actores sociais e instituições relevantes no ecossistema de paz, no nível Central, Provincial e distrital; cobrindo 10 Províncias e cidade de Maputo; 4 distritos por província, sendo 2 em meio urbano e 2 no meio rural.

7. Principais Questões de Pesquisa

- Qual é a configuração actual da arquitectura de paz em Moçambique?
- Que infraestruturas de paz existem e como funcionam?
- Qual é o nível de articulação entre os diferentes actores?
- Que lições podem ser retiradas dos acordos e iniciativas anteriores?
- Quais são os principais desafios para a construção de uma paz sustentável?
- Que reformas são necessárias para fortalecer a resiliência nacional?

8. Duração

A pesquisa terá a duração de 45 dias, distribuídos da seguinte forma:

- Planeamento e revisão documental: 15 dias;
- Trabalho de campo: 15 dias;
- Análise de dados: 10 dias; e,
- Elaboração e validação do relatório: 10 dias.

9. Resultados Esperados

- Mapeamento detalhado da arquitectura de paz e infraestruturas existentes;
- Análise crítica das dinâmicas e desafios;
- Identificação de lacunas e oportunidades;
- Recomendações práticas para políticas públicas e acção institucional;
- Informação de base para a proposta de framework e roteiro estratégico para a paz e reconciliação.

10. Perfil do Consultor

O perfil esperado para o consultor inclui:

- Formação académica em Ciências Sociais, Estudos de Paz e Conflitos, ou outra área relevante preferencialmente nível de mestrado ou Doutoramento.
- É exigida uma experiência comprovada de pelo menos dez anos na realização de estudos similares.
- O domínio profundo da Agenda de Paz e Reconciliação

11. Produtos

- Relatório de início (Inception Report)
- Relatório preliminar
- Relatório final da pesquisa
- Carta de recomendações
- Apresentação dos resultados ao Grupo Temático